

O estatuto de definitude como traço- ϕ

Daniel da Silva Carvalho *

Resumo

Este *squib* propõe uma discussão sobre a categoria *definitude*, apontando um possível caminho para assumi-la como um traço sintático (ϕ). A partir de uma revisão da literatura que se sustenta em Lyons (1999), para a definição da categoria definitude nas línguas naturais, Kibort (2010), para a promoção da categoria a traço, e Zwicky (1986), para um mecanismo sintático que lide com um traço de definitude, o trabalho quer demonstrar que o traço de definitude pode ser realizado morfológica e sintaticamente das mais diferentes formas interlinguisticamente. Esse padrão sugere, portanto, que definitude se assemelha aos demais traços no inventário ϕ (HARLEY; RITTER, 2002; CARVALHO, 2008).

Palavras-chave: definitude, traço- ϕ , sintaxe comparativa

Abstract

This squib proposes a debate on the category definiteness, pointing out a possible way to cope with it as a syntactic features (ϕ). From a literature review based on Lyons (1999), for a definition of the category definiteness in natural languages, Kibort (2010), for the promotion of the category to a feature, and Zwicky (1986), for a syntactic mechanism to deal with a definiteness feature, this paper is an effort to demonstrate that a definiteness feature can be differently realized morphologically and syntactically cross-linguistically. This pattern therefore suggests that definiteness is similar to the other features in the inventory ϕ (HARLEY; RITTER, 2002; CARVALHO, 2008).

Keywords: definiteness, ϕ -feature, comparative syntax

* Universidade Federal da Bahia, UFBA.

O conceito semântico e/ou pragmático de *definitude* tem sido matéria de muito debate entre linguistas e filósofos, nos mais diversos quadros teóricos.¹ Segundo Kibort (2010), a categoria semântica que corresponde mais aproximadamente à função central da categoria gramatical definitude é *identificabilidade*, isto é, a expressão que indica se o referente é familiar ou já estabelecido no discurso. Lyons (1999, p. 278) observa que “[i]n languages where identifiability is represented grammatically, this representation is definiteness; and definiteness is likely to express identifiability prototypically”. Como com outras categorias gramaticais, é de se esperar que haja outros usos para definitude que não se relacionem com identificabilidade — tal como *inclusividade* (HAWKINS, 1978), que é particularmente apropriado para usos não referenciais de definitude com sintagmas nominais plurais ou massivos. Inclusividade expressa, por exemplo, o fato de a referência poder ser feita pela totalidade de objetos ou de massa no contexto que satisfaz a descrição (cf. LYONS, 1999, p. 11).

Além de identificabilidade e inclusividade, outros conceitos que podem ser considerados significativos para a compreensão de definitude incluem familiaridade, singularidade e referência (cf. LYONS (1999) para um panorama robusto das tradições de investigação relevantes). Além disso, na discussão sobre a natureza de definitude, várias outras distinções são extraídas além daquela entre definido vs. indefinido, dentre elas: específico vs. não específico e dêitico vs. não dêitico. Especificidade e dêixis podem interagir com definitude afetando sua realização gramatical (cf. CARVALHO (2008) para uma discussão sobre a relação entre esses traços).

Kibort (2010) aponta que deve haver uma variação considerável entre as línguas acerca da marcação da categoria gramatical de definitude. Lyons (1999) mostra que algumas línguas permitem que genéricos assumam a forma definida (como o francês e o português brasileiro) enquanto outras não.² O autor mostra que, em algumas línguas, definitude é opcional mesmo em sintagmas nominais claramente interpretados como identificáveis (por exemplo, em hauçá, língua tchádica falada no Benim, em Camarões, em Chade, em Gana, no Níger, na Nigéria, na Tanzânia e no Togo). Já em línguas como o maori, língua austronésia falada na Nova Zelândia e nas Ilhas Cook, que apresenta um artigo combinando usos definidos (identificáveis) óbvios com algo semelhante à especificidade, tal artigo também pode ser tratado como codificação de definitude — neste caso, certas ocorrências de sintagmas nominais, que, em outras línguas, são tratadas como indefinidas, são gramaticalmente definidas. Entretanto, apesar de toda essa

¹ Como apontado por um parecerista anônimo, há muitas vezes na literatura uma discussão no estabelecimento das noções de *definitude* e *especificidade* (cf. ENÇ, 1991). Entendo definitude aqui como a propriedade dos determinantes de mostrar que o referente de uma expressão nominal é acessível tanto ao falante quanto ao ouvinte (identificabilidade) e/ou que a expressão nominal corresponde à totalidade dos possíveis referentes (inclusão); especificidade, por sua vez, é entendida aqui como a capacidade de os nominais fazerem referência a entidades específicas do mundo (cf. MARIANO, 2012; CERQUEIRA, 2015).

² Para uma discussão sobre a leitura genérica de nominais definidos, ver Müller (2002).

variação, há sempre um núcleo central de usos da definitude gramatical que a relaciona diretamente com identificabilidade.

Definitude é uma categoria do sintagma nominal.³ Lyons (1999, p. 278) assume que o conceito semântico/pragmático de identificabilidade subjacente à categoria gramatical definitude é provavelmente universal. É possível verificar que uma interpretação “definida” desempenha um papel importante mesmo em línguas que não apresentam marcas formais de definitude. Por exemplo, em mandarim, um sintagma nominal na posição sujeito geralmente é um tópico e, dessa forma, “definido”, enquanto um sintagma nominal em uma construção existencial deve ser interpretado como indefinido. Portanto, mesmo que definitude não seja uma categoria formal em mandarim, ela é ainda assim um elemento da organização do discurso que corresponde à identificabilidade do referente.

Assim, nem todas as línguas possuem um conceito gramaticalizado de definitude. Definitude como uma categoria gramatical está presente apenas em línguas que apresentam alguma marca realizada dessa categoria, por exemplo, algum tipo de artigo definido. Uma vez que definitude pode ser considerada uma de várias categorias que servem para guiar o ouvinte a estabelecer o modo como o discurso é estruturado e como entidades referidas se encaixam nele, marcas de definitude não são essenciais para a comunicação. Algumas línguas que não gramaticalizam definitude podem compensá-la através da marcação de outras distinções com função similar, como, por exemplo, a marcação casual em armênio (cf. YEGHIAZARYAN, 2010). Além disso, muitas línguas têm definitude gramaticalizada apenas em sintagmas nominais pronominais, mas não em sintagmas plenos. Lyons (1999, p. 280) fornece a seguinte tipologia de línguas no que diz respeito à gramaticalização de definitude:

Tipo I: sem definitude;

Tipo II: definitude disponível apenas em sintagmas nominais pronominais;

Tipo III: definitude disponível em sintagmas nominais pronominais e plenos.

O autor nota que as línguas do Tipo II certamente representam um fenômeno estranho, mas não incomum, pois pronomes diferem estruturalmente de sintagmas nominais plenos.

Definitude pode, ainda, ser codificada utilizando-se uma ampla variedade de dispositivos lexicais, sintáticos e morfológicos. Lyons (1999) classifica definitude em duas categorias de codificação amplas: “simples” e “complexa”. Codificação de definitude simples ocorre quando os sintagmas nominais definidos e indefinidos são marcados com algum tipo de artigo, realizados tanto como afixos ou como determinantes livres. Codificação de definitude

³ Há uma distinção feita pelo modelo teórico adotado nesta pesquisa entre sintagma nominal e sintagma determinante. Enquanto aquele trata da expressão lexical da expressão referencial, este trata da expressão funcional de tal expressão referencial. Assim, por agora, consideraremos a expressão lexical da expressão referencial.

complexa ocorre quando a definitude do sintagma nominal se deve a algo além da presença ou ausência de um artigo e pode ser encontrada em nomes próprios, pronomes pessoais e sintagmas nominais que contêm modificadores demonstrativos ou possessivos (cf. LYONS, 1999, p. 107-156).

Normalmente, definitude não é um traço- ϕ por definição, isto é, um traço envolvido nas relações de concordância, mas uma informação adicional selecionada por um sintagma nominal, que pode ser expressa através de um determinante livre, uma marca afixal ou um clítico.⁴ Essa informação pode ser expressa mais de uma vez dentro de um sintagma nominal, como, por exemplo, nos casos de dupla determinação, discutidos por Lyons (1999), em hauçá, *ewe*, dinamarquês, islandês, albanês e romeno, e nos casos de adjetivos definidos em árabe, albanês, romeno e em algumas línguas eslovenas, bálticas e germânicas. Corbett (2006) também discute a marcação múltipla de definitude no hebraico moderno, no maltês e no norueguês.

Tem-se sugerido que, em algumas línguas, a definitude de um sintagma nominal é expressa através de uma marca de concordância em algum lugar da sentença. Podemos citar muitas línguas urálicas, por exemplo, que apresentam concordância de definitude entre o verbo e o objeto (cf. LYONS, 1999, p. 207-208). Entretanto, Corbett (2006, p. 91-93) aponta que definitude em húngaro é uma condição para formas de concordância, não um traço de concordância. O sufixo verbal em húngaro possui uma forma distinta quando ocorre em um contexto de um objeto definido, tendo sido sugeridas três análises para esse fenômeno: (i) o sufixo é uma marca fundida de marcas de concordância de sujeito (pessoa, número) e objeto (definitude); (ii) o verbo concorda com seu objeto apenas sob a condição de definitude, mas nunca de outra forma; (iii) verbos no húngaro não concordam com seus objetos, mas, em vez disso, apresentam um tipo especial de concordância de sujeito na presença de objetos definidos de terceira pessoa (exceto a marca *-lek/-lak*, sujeitos de primeira pessoa e objetos de segunda pessoa (familiar)). Em outras palavras, há concordância entre verbo e sujeito, e a sua realização está condicionada pela presença de um objeto definido. Corbett favorece a análise de definitude como uma condição de concordância (análise (ii)) e aponta que uma análise similar pode também ser apropriada para muna, língua austronésia, em que a concordância com diferentes realizações de acordo com a presença de um objeto definido, como descrito por Berg (1989, p. 59-60).

Apesar do fato de que a maioria dos exemplos de definitude não é um valor de um traço e, talvez, na melhor das hipóteses, pode ocorrer como um traço morfossemântico, deparamo-nos com um exemplo em que precisamos definir definitude como um traço morfossintático. Em alemão, para descrever a flexão nominal, é necessário observar gênero, número e caso. Entretanto, para descrever a flexão adjetival, após escrutínio de gênero, número

⁴ Exceções são os trabalhos de Danon (2002), Pereltsvaig (2006), Minussi (2008), entre alguns outros.

e caso, ainda se faz necessário observar três paradigmas flexionais diferentes, referidos como “fortes”, “mistos” e “fracos”. Um adjetivo flexionado de acordo com o paradigma forte apresenta traços plenos de concordância. Os exemplos do alemão no Quadro 1 abaixo demonstram o paradigma forte para *gut* (‘bom’).⁵

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-er</i>	<i>gut-es</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-es</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-er</i>	<i>gut-er</i>
dativo	<i>gut-em</i>	<i>gut-em</i>	<i>gut-er</i>	<i>gut-en</i>

Quadro 1: Paradigma forte para *gut*. Fonte: KIBORT (2008a)

O paradigma misto, ilustrado no Quadro 2 abaixo, demonstra marca de concordância parcialmente reduzida. Ele compartilha algumas formas com o paradigma forte, que está marcado abaixo com “S” (do inglês *strong*, ‘forte’), e algumas com o paradigma fraco, marcado com “F”. As formas restantes (não marcadas) são compartilhadas entre todos os paradigmas.

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-er</i> (S)	<i>gut-es</i> (S)	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i> (F)
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-es</i> (S)	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i> (F)
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)
dativo	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i> (F)	<i>gut-en</i>

Quadro 2: Paradigma misto para *gut*. Fonte: KIBORT (2008a)

Finalmente, o Quadro 3 ilustra o paradigma fraco para o mesmo adjetivo. O paradigma fraco apresenta concordância reduzida.

	singular			plural
	masculino	neutro	feminino	
nominativo	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i>
acusativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-e</i>	<i>gut-en</i>
genitivo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>
dativo	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>	<i>gut-en</i>

Quadro 3: Paradigma fraco para *gut*. Fonte: KIBORT (2008a)

⁵ Exemplos extraídos de Corbett (2006, p. 95-96).

Corbett nota que, na passagem do paradigma forte para o fraco, há menos flexões distintas em cada um (cinco no forte, quatro no misto e duas no fraco):

However, the sets of cells which are distinguished in the strong paradigm are not simply collapsed: the weak paradigm has different forms for the feminine singular and the plural, which are identical in the strong paradigm (CORBETT, 2006, p. 96).⁶

Assim, temos que tratar as escolhas de um paradigma como uma escolha de uma das três opções distintas, talvez como valores de traços. O que dita a escolha do paradigma para o adjetivo é o tipo de elemento na posição do determinante na sentença. A escolha do paradigma adjetival correlaciona-se com a escolha do determinante da seguinte forma:

- a ausência de um artigo correlaciona-se com a presença de adjetivos plenamente flexionados (flexão forte);
- artigos indefinidos (e alguns outros elementos, tais como pronomes possessivos) coocorrem com adjetivos portando flexão mista;
- artigos definidos coocorrem no sintagma nominal com adjetivos portando flexão fraca.

A correlação observada nos Quadros 2 e 3 pode ser entendida em termos de definitude, mesmo que não haja um único marcador de definitude em alemão nos adjetivos — em vez disso, definitude será expressa através da escolha do determinante e da seleção de terminações flexionais nos adjetivos. Uma forma de analisar definitude nos sintagmas nominais em alemão seria vê-la como uma atribuição ao sintagma juntamente com o determinante (opcional). Entretanto, é necessário ainda dar conta da seleção do paradigma adjetival, e a correlação observada sugere fortemente que se reconheça um traço morfossintático. No entanto, não está completamente claro se se está lidando com concordância ou regência.

Zwicky (1986, p. 984-987) analisa esse mecanismo como regência: os determinantes regem o traço de definitude nos adjetivos através de requerimentos de seleção de um tipo particular de paradigma adjetival. Sendo assim, se definitude é o traço regido, não se esperaria encontrar seu valor nos regentes. Ainda, além de afirmar que determinantes particulares requerem a seleção de paradigmas adjetivais particulares, é difícil caracterizar esse traço em termos de seus valores. A melhor caracterização que pode ser dada é: os artigos definidos regem o valor “fraco” ou “reduzido” do traço de definitude e os artigos indefinidos regem o valor “misto” ou “parcialmente reduzido” do traço de definitude. Esse panorama sugere que devemos adiar essa análise até termos uma teoria da regência sintática comparável à teoria da concordância canônica proposta por Corbett (2006).

⁶ Tradução aproximada: “Entretanto, os conjuntos de células que são distintas no paradigma forte não são simplesmente colapsados: o paradigma fraco tem formas diferentes para o feminino singular e plural, que são idênticas no paradigma forte”.

Uma visão alternativa, que é adotada por Kibort (2010), é analisar as correlações como concordância: há covariação sintática entre os controladores (os dois tipos de determinantes: definido e indefinido) e os alvos (os adjetivos). A exponência entre definitude e os adjetivos não é autônoma, mas expressa através da seleção do paradigma adjetival requerido. Em cada caso, o resultado é um paradigma particular de distribuição de informação relevante para o conceito de definitude através do sintagma. Parece fácil aceitar que os artigos definidos e indefinidos expressem eles mesmos um valor de definitude (e que se comportem como controladores da concordância nos adjetivos), mesmo que, a partir dessa visão, tenhamos que aceitar o fato de que os adjetivos em alemão concordam em número e gênero com um controlador (o nome), mas em definitude com outro (o determinante).

O fato de que os valores dos traços propostos na discussão que segue possam não corresponder sempre semanticamente a (in)definitude não representa um problema para dar ao traço o rótulo de *definitude*. De um modo paralelo, o que é rotulado como *gênero* geralmente não corresponde à classe ou ao gênero atribuído semanticamente. O traço de gênero possui um núcleo (ou base) semântico, mas há algumas línguas com atribuição de valores de gênero puramente gramaticais (cf. CARVALHO, 2016a). De forma similar, definitude em alemão tem alguma base semântica, mas não esperamos necessariamente que seja atribuída semanticamente.

O traço de definitude parece ter dois valores: definido e indefinido. Entretanto, Lyons (1999, p. 49-51) aponta que, em línguas que fazem a simples distinção definidos/indefinidos, a análise correta das marcas de definitude pode ser que apenas definitude é diretamente codificado.⁷ Em tais casos, consideramos definitude como uma informação adicional selecionada por um sintagma nominal, não um valor de traço, como definido em Zwicky (1985) e Kibort (2008b).

Na discussão sobre traços, rótulos como “gênero”, “pessoa” ou “tempo” são geralmente usados em referência ao valor de um traço quanto o traço em si. Por exemplo, o termo “gênero” é usado seja para classes particulares de nomes (e, assim, uma língua pode ter dois ou mais gêneros), seja para a categoria gramatical como um todo (assim, uma língua pode ou não ter a categoria de gênero). No mesmo sentido, podemos nos referir a um “inventário de traços” (significado, categorias ou os próprios traços), enquanto, ao mesmo tempo, podemos falar de “checagem de traços” ou de “unificação de traços” na sintaxe (significado, checagem ou unificação de especificações de traços, por exemplo, valores de traços). Porém, é importante manter a distinção entre *traços* e seus *valores*, enquanto tentativa de construir alguma

⁷ Lyons (1999, p. 48) aponta o fato de que a distinção definido/indefinido não parece ser universal e, na realidade, poucas línguas a apresentam. Atualmente, segundo o autor, a maioria das línguas que faz essa distinção são línguas europeias ocidentais e as das regiões em redor do Mediterrâneo, além das regiões onde essas línguas pousaram através da colonização.

taxonomia ou tipologia de traços, pois as características ou o comportamento de um traço como tal não serão o mesmo que as características de um valor de traço.

Seguindo Zwicky (1985), usaremos os termos “traço” e “valor”. Apesar de os conceitos *masculino*, *feminino*, *neutro* ou os conceitos *nominativo*, *acusativo*, *genitivo* etc. serem todos valores, algumas questões podem ser levantadas sobre a relação entre eles (cf. ADGER, 2011; CARVALHO, 2008, 2010, 2011, 2013, 2015, 2016b). Uma dessas questões diz respeito à partilha do espaço dos traços em geral entre os valores disponíveis, ou seja, por exemplo, tentar chegar a definições de valores de gênero e número para uma antologia de descrição linguística. Outra questão diz respeito à estruturação interna dos valores disponíveis para um traço particular em uma língua particular (cf. CORBETT, 1991, 2000).

Voltemos à discussão acerca de um traço de definitude. Segundo Kibort (2010), um complicador para a análise desenhada aqui é o fenômeno dos artigos cardinais *quasi*-indefinidos, como *um(a)* no português e o *a* e a forma reduzida *some* no inglês (geralmente convencionada como *sm*, cf. Lyons (1999, p. 34)). Apesar de podermos argumentar que *a* e *sm*, tal como *um(a)*, possam ser palavras cardinais e não artigos indefinidos, eles

indiretamente sinalizam indefinitude embora não a codifiquem: *a* é obrigatória em sintagmas nominais singulares indefinidos na ausência de um outro determinante e nem *a* nem *sm* podem aparecer em sintagmas nominais definidos. Esta “sinalização indireta” de indefinitude por um determinante de cardinalidade, que leva a uma forte intuição de que ela contrasta com determinantes definidos, é generalizada. (LYONS, 1999, p. 48-49).⁸

Consequentemente, há potencialmente três formas pelas quais definitude pode ser expressa em línguas que fazem distinção definidos/indefinidos: (a) apenas definitude é marcada; (b) apenas indefinitude é marcada; (c) ambas definitude e indefinitude são marcadas.

Se excluirmos os artigos *quasi*-indefinidos como marcadores de indefinitude, então a possibilidade (a) é de longe a mais comum. De fato, Lyons (1999, p. 51) afirma que marcadores de indefinitude aparecem em quase todos os casos como artigos cardinais em vez de verdadeiros artigos indefinidos. Portanto, em uma interpretação estrita dos termos, o padrão (a) é o único que ocorre.

De acordo com Chomsky (1995), entre outros, é assumido que a Gramática Universal oferece um conjunto universal de traços. Um subconjunto desses traços é escolhido por uma língua e armazenado em alguns nós terminais da sintaxe. Para Alexiadou (2004, p. 27), há duas razões para certos traços serem ativos sintaticamente. Primeiramente, a presença de conteúdo semântico pode ser vista como uma propriedade relevante para determinar que traços podem

⁸ Tradução livre do original: “[...] do indirectly signal indefiniteness while not encoding it: *a* is obligatory in singular indefinite noun phrases in the absence of any other determiner, and neither *a* nor *sm* ever appears in definite noun phrases. This ‘indirect signalling’ of indefiniteness by a cardinality determiner, leading to a strong intuition that it contrasts with definite determiners, is widespread”.

ser representados em um nó terminal sintático, isto é, os traços são representados na sintaxe independentemente apenas se forem relevantes para interpretação, como, por exemplo, Tempo e Aspecto. Em segundo lugar, os traços que não são relevantes para interpretação semântica, tais como Caso nos nomes, estão presentes na computação sintática na medida em que eles engatilham operações sintáticas específicas, tais como movimento e *Agree* (CHOMSKY, 2001). A realização morfológica de um dado traço, de acordo com Alexiadou (2004), não interfere em sua função sintática/interpretativa. Mesmo os traços que não parecem relevantes para a sintaxe, ou não são interpretáveis nesse nível, são morfológicamente realizados, e vice-versa, traços que não recebem realização morfológica são ativos na sintaxe, como Caso nos nomes no inglês, por exemplo. Dessa forma, a discussão gira em torno de que traços são sintaticamente ativos. Alexiadou argumenta que traços que não são sintaticamente ativos nunca encabeçam projeções funcionais na estrutura sintática ou estão envolvidos em operações sintáticas nucleares, como *Agree*. Alexiadou (2004) faz, portanto, uma distinção crucial entre *Agree* e concordância, sendo a primeira uma operação abstrata na computação sintática, como definido por Chomsky (2001), enquanto a outra se refere à superfície, isto é, concordância seria o resultado de propriedades morfológicas do sistema flexional, não sendo sintaticamente ativa. Gostaria de sugerir, entretanto, baseado na discussão feita aqui, que o traço de definitude está ativo para a computação sintática como definido por Chomsky (2001), embora não haja uma projeção funcional específica para esse fim.

Em búlgaro, por exemplo, definitude parece ser licenciada por *Agree*. Essa língua, segundo Koev (2011), apresenta um *puzzle* na distribuição da marca de definitude (DEF), que varia quanto a sua localização dentro do DP. (1), abaixo, ilustra as principais opções para sua ocorrência. Podemos observar que se apenas um nome está presente no DP, DEF se liga a ele (cf. (1a)). Se um modificador adjetival precede o nome, DEF se realiza adjacente ao adjetivo (cf. (1b,c,d)). Se um numeral precede o adjetivo, encontraremos DEF no numeral. E, finalmente, se o nome está apenas acompanhado de um PP complemento, DEF se anexa ao nome (cf. (1f)). Todas as outras posições de ocorrência de DEF nos dados apresentados pelo autor são agramaticais.

- (1) a. **momč-e-to**
garoto-N-DEF.N
'o garoto'
- b. **xubav-a-ta** **žen-a**
pretty-F-DEF.F mulher-F
'a bela mulher'
- c. [silno vpečatlen-a-ta] žen-a
fortemente impressionad-F-DEF.F mulher-F

‘a mulher muito impressionada’

- d. [gord-a-**ta** [ot m?ž-a si]] žen-a
 orgulhos-F-DEF.F de marido.M-DEF.M sua mulher-F
 ‘a mulher que tem orgulho de seu marido’
- e. tret-a-**ta** nov-a knig-a
 terceir-F-DEF.F nov-F livro-F
 ‘o terceiro novo livro’
- f. motor-?t [na Ivan]
 motocicleta.M-DEF.M de Ivan
 ‘a motocicleta do Ivan’

Koev (2011) sugere haver um traço [DEF], originado em D^0 , que entra em um processo cíclico de concordância e, conseqüentemente, resulta na complexidade da distribuição de DEF em búlgaro.

Covertt e Bond (2016), por seu turno, mostram que há uma relação de concordância no norueguês engatilhada pelo que os autores chamam de “traço de definitude” (*definiteness feature*). Em (2), abaixo, podemos observar que, em norueguês, aparentemente, é o determinante que engatilha as marcas de definitude, e não nomes, uma vez que, na ausência do determinante definido *det*, o nome *hus* não apresenta marca de definitude, como observado em (2b).

- (2) a. det ny-e hus-et mitt
 DEF.D.SG novo-DEF.SG casa(N)-DEF.N.SG POSS.1.SG.N
 ‘a minha nova casa’
- b. mitt ny-e hus
 POSS.1.SG.N novo-DEF.SG casa(N)[INDEF]
 ‘minha nova casa’

Alguns estudos já dão pistas de uma relação de concordância de definitude interlinguisticamente, como Androutsopoulou (1996) para o grego moderno (cf. (3)), Giusti (1997) para o hebraico (cf. (4)) e o albanês (cf. (5)), e Nishiyama (1995) para o buginês (cf. (6)).

(3) **grego moderno**

- | | | | |
|-----|------|-----|--------|
| to | kalo | to | vivlio |
| DEF | bom | DEF | livro |

‘o livro bom’

(4) **hebraico**

ha-bayit	ha-gadol
DEF.M-casa	DEF.M-grande
‘a casa grande’	

(5) **albanês**

djal-i	i-mire
garoto-DEF.M	DEF.M-bom
‘o bom garoto’	

(6) **buginês**

iaro	buku-e	malotonng-e	lima-e
aqueles	livro-DEF.M	preto-DEF.M	cinco-DEF.M
‘aqueles cinco livros pretos’			

Apesar de a maior parte das línguas apresentadas aqui marcarem definitude morfológicamente, esse efeito pode ser observado sintaticamente em línguas românicas, como o espanhol e o português brasileiro. Nessas línguas, pode-se observar essa propriedade em pronomes anafóricos, que mostram como predicados (adjetivais ou verbais) dependem de concordância ϕ , morfológico ou sintaticamente, para serem licenciados.

- (7) a. Consegui **departamento** y ya **lo** compré.
 b. Consegui **casa** y ya **la** compré.
- (8) a. Eu consegui **apartamento** e já *o/ \emptyset **comprei**.
 b. Eu consegui **casa** e já *a/ \emptyset **comprei**.

Em espanhol, a relação anafórica requer obrigatoriamente concordância total (identidade de traços) de um pronome resumptivo (7), o que não é o caso para o português brasileiro (8). No português brasileiro, a leitura genérica de (8) não permite retomada anafórica do controlador, uma vez que não há traços- ϕ para serem copiados.

Como apontado em Carvalho (2016b, 2018), clíticos precisam recuperar todo o conjunto ϕ , incluindo, portanto, gênero e definitude. Não havendo um DP ϕ completo antecedente, a retomada anafórica é feita apenas por pronomes nulos. Pronomes anafóricos realizados exigem um conjunto completo de traços- ϕ , que podem ser encontrados em determinantes definidos. Ainda, mesmo com anáforas não clíticas, gênero e número, juntamente com D (um determinante), desempenham algum papel na sintaxe. Assim, referencialidade parece ser codificada através da valoração dos traços- ϕ , incluindo gênero e

definitude. Outros trabalhos sobre a sintaxe do português brasileiro, tais como Mariano (2012), Cerqueira (2015), e Silva, Carvalho e Ziober (2015, 2016, 2017), também apontam esse efeito sintático de definitude e o traduzem como uma relação de traços sintáticos.

Carvalho (2008, 2010), com base em uma geometria de traços proposta inicialmente por Harley e Ritter (2002), já defende que definitude faz parte do inventário de traços componentes dos pronomes pessoais no português e tem papel ativo na sintaxe dessa língua, o que reforça o fato de que um traço de definitude pertence à sintaxe das línguas.

Conclui-se, portanto, com base nas evidências interlinguísticas apontadas e partindo-se da hipótese de que definitude participa ativamente da computação de DPs e seus predicados, que essa categoria deve ser entendida como um traço, o qual é relevante para operações sintáticas, tais como *Agree*, pertencendo, assim, ao conjunto dos traços- ϕ .

Referências

- ADGER, D. *Phi-Theory: interfaces in Linguistic Theory*. In MOURA, D.; SIBALDO, M.A. (eds) Estudos e pesquisas em teoria da gramática. Maceió, AL: EDUFAL, 2013, p. 11-32.
- ALEXIADOU, A. Inflectional class, gender and DP internal structure. In: MÜLLER, G.; GUNKEL, L.; ZIFONUN, G. (Eds.). *Explorations in Nominal Inflection*. Mouton de Gruyter, Berlin: 321-372.
- ANDROUTSOPOULOU, A. The licensing of adjectival modification. In CAMACHO, J.; CHOUERI, L.; WATANABE, M. (eds.). *WCCFL 14: The Proceedings of the Fourteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. Chicago: CSLI Publications, 1995, p. 17-32.
- BERG, R. van den. *A Grammar of the Muna Language*. Dordrecht: Foris, 1989.
- CARVALHO, D.S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro*. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFAL, 2008.
- CARVALHO, D.S. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. In: BRITO, A.M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A. (orgs.). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa*. Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Tipografia Nunes Lda, 2010. p. 245-261, 2010.
- CARVALHO, D.S. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia* (Brasília), v. 1, p. 83-97, 2011.
- CARVALHO, D.S. Algumas considerações sobre a morfossintaxe de gênero. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 47, jan-jun 2013, p. 30-46
- CARVALHO, D.S. Sobre pessoa e referencialidade no português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 91 p. 131-157, jan./jun. 2015.
- CARVALHO, D.S. Remarks on the complexity of gender. *Caderno de Squibs*, v. 2, n. 1 · 2016a, p. 10-19
- CARVALHO, D.S. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços. In PILATI, E. N.S. (org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba, PR: Blanche, 2016b, p. 103-129.
- CARVALHO, D.S. *On gender agreement in Brazilian Portuguese*. Ms. Universidade Federal da Bahia, 2017, p. 1-28.
- CARVALHO, D.S. O traço de gênero na morfossintaxe do português. *DELTA*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 635-660, 2018.

- CERQUEIRA, F. O. Reflexos semânticos na sintaxe de terceira pessoa. *Letrônica - Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, v. 8, n. 2, p. 422-437, jul./dez. 2015.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. *Beyond explanatory adequacy*. MIT Occasional Papers in Linguistics. 20. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 2001.
- CORBETT, G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CORBETT, G. *Number*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- CORBETT, G. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- CORBETT, G.G.; BOND, O. Why are there exactly five types of morphosyntactic features. Handout. 49th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europea. University of Naples Federico II, Italy, September, 2016.
- DANON, G. *Case and Formal Definiteness: the Licensing of Definite and Indefinite Noun Phrases in Hebrew*, PhD dissertation, Tel-Aviv University, 2002.
- ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*. v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.
- GIUSTI, G. The categorial status of determiners. In: HAEGMAN, L. (ed.) *The new comparative syntax*. London: Longman, 1997, p. 95-123.
- HARLEY, H.; RITTER, E. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language* 78, p. 482-526, 2002.
- KIBORT, A. Towards typology of grammatical features. In: KIBORT, A.; CORBETT, G.G. (eds.). *Features: perspectives on a key notion in Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 64-106.
- KOEV, T. Definiteness as Agreement: Evidence from Bulgarian. In: WASHBURN, M.B. (ed.). *Proceedings of the 28th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2011, p. 133-141.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MARIANO, V.C. A estrutura dos DPs em posição sujeito no português rural afrodescendente. *Revista Inventário*, v. 11, p. 1-15, jul./dez. 2012.
- MINUSSI, R. 2008. *A relação entre caso e definitude em hebraico: o construct state e a marcação diferencial do objeto*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2008.
- MULLER, Ana. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002.
- NISHIYAMA, K. Free order in Buginese noun phrase. Free Order in Buginese Noun Phrases and DP-Internal XP-Movement. In: TAMANJI, N.; KUSUMOTO, K. (eds.) *Proceedings of NELS 28*. GLSA, University of Massachusetts/Amherst, 1998, p. 121-135.
- PERELTSVAIG, A. Head movement in Hebrew nominals: A reply to Shlonsky. *Lingua*, v. 116 n. 8, p. A1-A40, 2006.
- SILVA, C. R. T.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F. M. Composicionalidade e valoração de traços de pessoa em variedades do português. *Handout*. VI Encontro do Grupo de Estudos de Línguas em Contato. Universidade Federal da Bahia, Brasil, dez. 2015.
- SILVA, C. R. T.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F. M. Traços de pessoa e duplos sujeitos no português. *Handout*. XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL. Universidade Estadual de Campinas, Brasil, jun. 2016.
- SILVA, C. R. T.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F.M. Licenciamento de duplos sujeitos em variedades do português: pessoa, definitude e estrutura de traços. *Letras Escreve*, v. 7, n. 2, 2017, p. 91-116.

YEGHIAZARYAN, L. 2010. *Caso, definitude e os sintagmas nominais em armênio*. 235f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2010.

ZWICKY, A.M. How to describe inflection. *Berkeley Linguistic Society*, v. 11, p. 372-386, 1985.

ZWICKY, A.M. Imposed *versus* inherent feature specifications, and other multiple feature markings. In *The Indiana University Linguistics Club 20th Anniversary Volume*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1986, p. 85-106.

Squib recebido em 31 de março de 2017.

Squib aceito em 21 de fevereiro de 2018.